



# SABER & EDUCAR

21

VARIA

PAULA  
FRASSINETTI





# A PENÍNSULA ITÁLICA NO SÉCULO XIX

**Maria Manuela Tavares Ribeiro**

Univ. Coimbra/CEIS 20



PAULA  
FRASSINETTI

**Saber & Educar N.º 21, Varia, Ano 2016**

**Direção**

José Luís Gonçalves

**Conselho Editorial  
Conselho Executivo**

Cf. <http://revista.esepf.pt>

**ISSN**

1647-2144

**Periodicidade**

anual

**Registo Bibliográfico**

Revista Saber & Educar, N.º 21:  
"Estudos da Criança", Varia,  
ano 2016.  
Porto, Portugal,  
Edições Paula Frassinetti.

**CIPAF**

Centro de Investigação  
Paula Frassinetti

Escola Superior de Educação  
de Paula Frassinetti  
Rua Gil Vicente 138 / 142  
4000-255 Porto  
Portugal

**E-mail**

[cipaf@esepf.pt](mailto:cipaf@esepf.pt)  
[www.esepf.pt](http://www.esepf.pt)

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.17346/se.vol21>

---

## Resumo

O movimento contra-revolucionário começa, entretanto, a fenecer por volta de 1830, mas uma nova febre europeia vai irromper em 1848.

A vaga revolucionária de 1848 inscreve-se, por um lado, numa cronologia curta – 1848 e 1849 – mas, por outro lado, numa perspectiva larga pela afirmação de aspirações liberais e nacionais.

Ora, é este fenómeno, a um tempo liberal e nacional, que marca o movimento revolucionário na Itália.

Pese embora a utopia inerente a tal projecto formulado em 1834, foi, sem dúvida, marcante numa perspectiva intereuropeia e fundada numa concepção democrática do Estado-Nação. Registe-se que este impulso patriótico é também um momento de convergência na Europa. E é este sentimento que anima Mazzini em 1848 quando lhe parecem reunidas as condições favoráveis à luta contra a opressão austríaca.

Na verdade, a criação da Alemanha unificada e a da Itália modificaram a relação de forças da Europa.

Génova, mazziniana e garibaldina, revolucionária e moderada, foi protagonista de momentos importantes da vida italiana oitocentista: “Le due anime quella mazziniana e della sinistra rivoluzionaria in genere, e quella moderata, che avrà dopo l’Unità un ruolo importante – sono entrambe protagonista nel quadro dele vicende risorgimentali”.

## Palavras-chave

Península Itálica, Unificação, Génova, Mazzini, Paula Frassinetti

---

---

## Abstract

Around 1830, the counter-revolutionary movement began to wither but a new European fever would burst in 1848.

On one hand, the revolutionary wave of 1848 covers a short period of time – 1848 and 1849. On the other hand, it falls within a broader perspective due to the upholding of liberal and national aspirations.

This was both a liberal and national phenomenon that marked the revolutionary movement in Italy.

In spite of the utopia underlying such a project, created in 1834, the latter was undoubtedly significant when seen from a cross European perspective based on a democratic view of the Nation-State. It should be noted that this patriotic élan was also a moment of convergence in Europe. This was the feeling that encouraged Mazzini in 1848, when he believed that favorable conditions had been met for the struggle against Austrian oppression.

In fact, the unifications of Germany and Italy changed the European balance of power.

Mazzinian and Garibaldian, revolutionary and moderate, Genoa played a leading role in important moments of the 19th century Italian life: “Le due anime quella mazziniana e della sinistra rivoluzionaria in genere, e quella moderata, che avrà dopo l’Unità un ruolo importante – sono entrambe protagonista nel quadro dele vicende risorgimentali”.

## Keywords

Italian Peninsula, Unification, Genoa, Mazzini, Paula Frassinetti

---



# Entre os nacionalismos e o internacionalismo.

## O caso italiano

A história milenária da Península Itálica move-se ao longo de três directrizes geopolíticas fundamentais: a primeira diz respeito à fragmentação territorial das instituições de poder (desde o tempo do Imperador Augusto); a segunda concerne uma constante de dominação estrangeira e realizada durante períodos vários em diferentes partes do espaço peninsular; a terceira relaciona-se com o desenvolvimento de uma identidade cultural homogénea e com as tentativas de lhe fornecer unidade política e administrativa. Porém, a ideia política moderna em torno de uma possível unificação nacional assenta as suas raízes somente na última parte do século XVIII, condicionada pelo fim (histórico e ideológico) do Antigo Regime e pela transferência para território italiano de ideias e pensamentos que se filiam na Revolução Francesa.

É assinalável o contributo da experiência administrativa napoleónica, resultado, num primeiro momento, das chamadas “campanhas de Itália (fase republicana), e, em seguida, com a dominação de toda a secção continental italiana (fase imperial). Com efeito, é nesta época que se realizam as primeiras experiências administrativas unitárias em sentido moderno. Experiências que descendem de uma ideia de identidade transversal a diferentes áreas regionais – as “pequenas pátrias” como são as repúblicas Cispadana (1796-1797), onde nasce a ideia tricolor da bandeira italiana, Cisalpina (1797-1802), Italiana (1802-1805) e, enfim, o reino de Itália (1805-1814). Lembre-se ainda que é nesta fase do reino da Itália (1805-1814) que começa factualmente o processo de regeneração da memória, da identidade cultural e da historicidade ética da “nação italiana” – o momento fundacional – o *Risorgimento*. O *Risorgimento* é produto da transformação íntima e completa “della vita italiana”. *Risorgimento* é um produto da cultura política oitocentista italiana que se manifesta numa escala linguística e morfológica da linguagem histórico-política contemporânea. *Risorgimento* significa “a consciência que os povos das diferentes regiões italianas tiveram no séc. XIX, de que, de facto, não existia só a Itália geográfica, com-

posta de entidades regionais semelhantes pela língua e pelas tradições, mas também uma “Itália histórica, destinada a criar nova unidade política... Teria de surgir, afinal, uma Itália com expressão política, como síntese de valores, de ideais, de civilização, de expressão cultural e artística, de aspirações, constituindo povo livre e unido” (Magnino, 1962, 5; Cassino, 2015, 34-35).

Após a vitória de Napoleão, uma grande parte do continente europeu viu alteradas as suas fronteiras em função dos interesses da Grande Nação da Revolução Francesa. Mais ainda do que a geografia política da Europa, a conquista napoleónica francesa abalou as estruturas jurídicas e culturais da Europa. De que forma? Ao abolir os fundamentos da ordem do Antigo Regime – privilégios, direitos feudais, entre outros –; ao introduzir pelo Código Civil os direitos individuais da pessoa humana, reorganizando de forma racional a administração da justiça, fundamentando as sociedades nos princípios revolucionários de 1789 e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Berstein e Milza, 2002, 7-40).

A Revolução e o Império mostravam aos povos europeus a profunda solidariedade que uniria os seus destinos depois da crise da monarquia francesa em 1789. Mas a vitória sobre Napoleão e a vontade de evitar a dominação francesa e as ideias subversivas que ela havia propagado implicavam que regras comuns fossem aceites pelo conjunto dos Estados europeus.

Assim, reconstruir a Europa, geográfica e culturalmente foi o objectivo do Congresso de Viena que se reuniu em Setembro de 1814 (Réau, 1996, 43-47). Numa ambiência de festas, que aparece como a grande apoteose do Antigo Regime ressuscitado, soberanos, príncipes e diplomatas celebram esse encontro. Mas são os delegados das grandes potências que, em função dos seus respectivos interesses e das suas rivalidades recíprocas, vão remodelar a Europa nova segundo os princípios adversos aos da França revolucionária.

A Europa reconstruída pelo Congresso de Viena – 1814-1815 – espelha os interesses dos principais vencedores, que partilham entre si o continente europeu. A ideia nacional está absolutamente ausente das preocupações dos novos líderes da Europa.

Mas tal partilha deixa descontentes alguns povos e pequenos Estados sacrificados a esse “equilíbrio europeu” realizado em proveito das grandes potências. Os arquitectos desta Europa nova, o inglês Castlereagh e o austríaco Metternich tinham como principal preocupação evitar que qualquer Estado pudesse dominar o continente pela sua expansão territorial. Limitavam-se, neste quadro, as ambições da Rússia e da Prússia ou mesmo da França da monarquia restaurada. Aos olhos dos liberais

européus lançavam-se, neste quadro, as bases de uma aliança de déspotas contra a liberdade dos povos. O pacto da Quádrupla Aliança procurava coordenar uma política que evitasse qualquer perigo revolucionário. Compreende-se, neste contexto, que o chanceler austríaco Metternich procurasse convencer os seus correligionários de outros países a bloquear qualquer movimento revolucionário, mais especificamente na área germano-italiana em que a influência austríaca era preponderante. Assim, o exército austríaco assegurava a repressão de movimentos revolucionários. Em 1820-21 os Congressos de Troppau e de Laybach decidiam que a Áustria viesse em socorro do rei Fernando das Duas Sicílias confrontado que era pela insurreição que procurava impor uma Constituição liberal. E, de facto, ela é instituída em Março de 1821, mas foi revogada pouco depois. A repressão estendeu-se à Lombardia e ao Piemonte onde os liberais tinham aclamado uma Constituição. A reacção antiliberal manifestou-se também em Espanha e em Portugal (lembre-se a revolução liberal de 1820 e a Constituição portuguesa de 1822, como a Constituição espanhola que repunha a de Cádiz de 1812). O Congresso de Verona de 1821 dá a Fernando VII toda a sua autoridade. A Santa Aliança assegurava a preponderância austríaca na Alemanha e na Itália reforçada pelos Estados autoritários da Rússia e da Prússia. A partir de 1823 o espírito da Santa Aliança subsiste no centro e leste do continente. No entanto, o impulso das ideias revolucionárias – liberalismo e sentimento nacional – iria superar a ordem de 1815 até à sua completa destruição (Caracciolo, 1989, 86-103).

---

## As aspirações liberais e nacionais (1830-1850)

Uma das heranças revolucionárias foi a evolução do movimento das nacionalidades. O direito dos povos consagrado no catecismo revolucionário da Revolução Francesa constituía o fundamento da legitimidade do Estado. E foi em nome do direito dos povos que os espanhóis já em 1808, os revoltosos do Tirol já em 1809, os portugueses já em 1810-11, os russos já em 1812 e os alemães já em 1813 se haviam sublevado contra a dominação napoleónica. Anos mais tarde sentiram que os delegados do Congresso de Viena tinham imprudentemente ignorado o papel do sentimento nacional na sua vitória e não o respeitaram no seu plano de reorganização da Europa. De facto, existe uma outra fonte do sentimento nacional que nada deve às concepções da Revolução Francesa e que se explica mesmo em contradição com ela, recusando os princípios liberais e democráticos. A sua origem encontramos-na na Alemanha, primeiro, nas ideias do filósofo Herder, mas mais ainda no movimento romântico e reaccionário que manifesta rejeição do universalismo e do racionalismo da Europa das Luzes. Nesta perspectiva, o sentimento nacional é uma herança da tradição que nada deve à vontade do povo. É uma realidade que mergulha no passado da comunidade nacional e que se manifesta no folclore, nos mitos fundadores herdados das lendas antigas, na história idealizada e instrumentalizada. Daí resulta uma forma de cultura popular, um *Volkgeist* para os alemães, mas que constitui o ponto nodal do sentimento nacional. Nesta concepção, compete ao Estado e não à comunidade nacional unificar a nação. Este conceito de nação triunfa particularmente na Alemanha, mas também nos Estados da Europa Central, Oriental e Mediterrânica em que subsistem concepções autoritárias e tradicionalistas. Ele assenta em três elementos: a história, fundadora da identidade, a língua, a religião. Esta concepção de ideia nacional não se manifesta apenas na Europa Central e Oriental – Grécia, Balcãs, Polónia, Rússia, Prússia, mas igualmente em Estados da Europa Ocidental. O tradicionalismo alicerça o nacionalismo contra-revolucionário – na França



da Restauração, na Espanha e em Portugal. Esta ideia de nação coexiste com as concepções liberais. Entre 1830 e 1848 a agitação liberal vai ganhar terreno na Alemanha, em Espanha, em Portugal, na Grécia, na Itália.

Em 1830, a ordem europeia do Congresso de Viena e a cultura política absolutista sofrem rudes golpes. Lembre-se a revolução que ocorre em Paris, em 1830, e é um rei liberal, Luís Filipe, que retoma o trono. O contágio da independência da Grécia, em 1830, é notório. O mesmo acontece, nesse ano, com a Bélgica, que se torna independente (Réau, 1996, 47-56).

A Alemanha e a Itália não foram então contaminadas pela vaga revolucionária dos movimentos de 1830-1831. Metternich estabelece a ordem nos Estados alemães e soldados austríacos reocupam o Condado de Parma (contra Maria Luísa d’Áustria), o Ducado de Módena e Régio (insurreição contra François IV de Habsburgo) e os Estados pontifícios. O fervor revolucionário moldava, todavia, o equilíbrio estratégico da Europa. A França e a Inglaterra apoiam as lutas liberais contra os absolutistas em Espanha e em Portugal. Todavia, a Áustria, a Rússia e a Prússia continuam a manter a ordem europeia do Congresso de Viena. Outra divisão subsiste entre estas duas Europas – a liberal e a contra-revolucionária: as estruturas económicas e sociais. O florescimento das actividades comerciais e industriais fomentava o crescimento de uma burguesia de negócios que reclama o acesso ao poder no seio do liberalismo mesmo na Europa Oriental e Meridional em que subsistem os privilégios do Antigo Regime.

A industrialização e a emergência de uma sociedade europeia provocam no século XIX a renovação da consciência europeia. Economistas e homens de negócios partilham a convicção de que o desenvolvimento da banca e dos meios de comunicação contribuíam para um aumento e uma harmonização dos níveis de vida. Eles estimulam, pois, a emergência da Europa como bastião da industrialização. Certos românticos, como Victor Hugo, estabelecem uma correlação entre o crescimento económico e uma Nova Europa. No seu célebre discurso no Congresso de Paz, em Paris, em 1849, Victor Hugo proclamava: “Un jour viendra où il n’y aura plus d’autres champs de bataille que les marchés s’ouvrant au commerce et les esprits s’ouvrant aux idées” (Ribeiro, 2004, 13-24).

O século XIX é, como sabemos, o século do liberalismo. O liberalismo económico é indissociável do liberalismo político. Nos meados de Oitocentos, regista-se o impulso do livre-cambismo com a supressão ou a redução mais ou menos forte das tarifas aduaneiras sobre as mercadorias importadas. Algo de novo. Pelos anos de 1870, o reduzido

crescimento económico conduziria à prática do proteccionismo. Assim aconteceu em França, na Alemanha, na Bélgica e na Itália. A emergência de novos Estados como a Alemanha e a Itália, conjugada com a depressão industrial, favorece essa política proteccionista.

Podemos dizer, pois, que as transformações pela industrialização tecem laços inéditos entre os povos da Europa. Como os europeus já dispunham em comum de valores partilhados, a industrialização criou condições únicas que constituem também raízes históricas da aproximação europeia no século XX (Mioche, 2007, 14-26).

O movimento contra-revolucionário começa, entretanto, a fenecer por volta de 1830, mas uma nova febre europeia vai irromper em 1848 (Réau, 1996, 43-69, Berstein e Milza, 2002, 7-44; Ribeiro, 1990).

## A “Primavera dos Povos”

A vaga revolucionária de 1848 inscreve-se, por um lado, numa cronologia curta – 1848 e 1849 – mas, por outro lado, numa perspectiva larga pela afirmação de aspirações liberais e nacionais. O coração desta vaga revolucionária localiza-se em Paris. É que o liberalismo político revelava-se já conservador ao recusar o alargamento do direito de sufrágio.

A revolução parisiense de 24 de Fevereiro de 1848 será detonador da explosão revolucionária. Na Áustria, Metternich vai manter o absolutismo, mas uma manifestação a 13 de Março de 1848 conduz à demissão do Chanceler. Há reacções na Hungria, na Boémia, dos Checos e dos Croatas. Toda a Áustria é ameaçada pela onda revolucionária. Na Alemanha, a revolução propaga-se e abre a via à manifestação de uma nação alemã. A 5 de Março de 1848, personalidades liberais, reunidas em Heidelberg, apregoam o desejo de unificação da Alemanha. Em 18 de Maio de 1848 reúne-se em Francfort um Parlamento e nele se desenrolam intermináveis discussões sobre a forma do futuro Estado unitário, a natureza do regime, o sistema eleitoral, os limites geográficos.

Ora, é este fenómeno, a um tempo liberal e nacional, que marca o movimento revolucionário na Itália.

O postulado segundo o qual só uma “Santa Aliança das Nações” poderia opor-se à Santa Aliança de Metternich é a grande originalidade do pensamento do genovês Giuseppe Mazzini (1807-1878) contemporâneo de Paula Frassinetti. Opôs-se, Mazzini, à política pontifical em

Roma e, por isso, teve de se refugiar na Suíça. Em 1832 funda, em Gênève, o movimento da *Giovine Italia*. Na sua óptica, os povos deveriam conquistar o livre exercício da soberania. Assim o conseguiriam se, segundo Mazzini, “o Estado coincidissem com a nacionalidade”. A inspiração é democrática, logo, os italianos deveriam emancipar-se do jugo da Áustria para que pudessem exercer o “direito dos povos”. A seu ver, os movimentos nacionais teriam mais probabilidade de vitória se tivessem uma coordenação entre si. Mazzini não via contradição entre a nacionalidade e a humanidade. Queria mesmo unir as nacionalidades fraternas no seio de uma humanidade livre. Esta convicção subjaz à criação, em 1834, da *Giovine Europa*, cujo programa, por ser tão ambicioso, é também inovador e pioneiro. Assim, nele afirma que as “associações nacionais livres e independentes assinariam um acto de fraternidade, uma declaração de princípio como lei moral universal assente nos princípios da Liberdade, Igualdade e Progresso. E estas Associações poderiam entreajudar-se e prestar assistência mútua” (Mazzini, 1990; Ribeiro, 2003, 229-255).

A utopia inerente a tal projecto formulado em 1834, foi, sem dúvida, marcante numa perspectiva inteuropeia e fundada numa concepção democrática do Estado-Nação. Registe-se que este ímpeto patriótico é também um momento de convergência na Europa. E é este sentimento que anima Mazzini em 1848 quando lhe parecem reunidas as condições favoráveis à luta contra a opressão austríaca.

O movimento revolucionário inicia-se em Itália antes da revolução de Paris de 24 de Fevereiro de 1848. É, com efeito, desde 1847, com a eleição do Papa Pio IX e as reformas que enceta este Pontífice, reputado de liberal, que uma vasta esperança de liberalização germina na Itália. Os vivos a Pio IX manifestam uma agitação anti-austríaca. Surgem motins na Sicília e o povo revoltoso exige do rei Fernando II uma Constituição à imagem da Carta francesa. Este movimento revolucionário ganha toda a Península, obrigando o Papa Pio IX, o grão-duque da Toscana (Leopoldo II), o rei do Piemonte Carlos Alberto a outorgar constituições. No reino lombardo-veneziano a revolução toma um cariz anti-austríaco. Em Veneza, o advogado Manin proclama a “República de São Marcos e, em Milão, uma insurreição confronta-se com as tropas do Marechal Radetzky. De liberal, a corrente revolucionária torna-se nacional. Almejava-se o momento de emancipação da opressão austríaca e de unificação da Itália. O rei do Piemonte, Carlos Alberto, reúne os exércitos da maioria dos Estados de Itália e enceta as hostilidades contra a Áustria e entra na Lombardia. O sonho dura apenas alguns meses. A “Primavera dos Po-

vos”, que parecia anunciar uma era nova – liberal e nacional –, não resiste ao reforço que se opera no Império Austríaco. 1848 foi bem a “Primavera dos Povos”, ou seja, a do “povo” e a das “nacionalidades”. Os sinais anunciavam um possível unanimismo democrático, nacional e social. Mas 1848 não confirmou essas esperanças. O entusiasmo lírico que animava os patriotas italianos e alemães não resistiria por muito tempo às forças adversas (Ribeiro, 2004, 13-24).

A prudência da República Francesa, o jogo obstinado dos particularismos, o confronto das nacionalidades alimentado pelas pretensões históricas conflituais e a resistência nos espíritos dos princípios dinásticos tradicionais contribuíram para o fim das revoluções de 1848. Daí os falsos passos do Piemonte, doravante campeão do *Risorgimento*, comprometido num ajuntamento solitário contra a guerra austríaca. Tal facto fez do seu rei Carlos Alberto a figura emblemática do movimento nacional italiano. Mas Carlos Alberto foi vencido em 1848 e, em 1849, tendo então abdicado a favor do seu filho Victor Emanuel II, salvaguardava, deste modo, que a casa de Sabóia pudesse permanecer no futuro como campeã da unificação de Itália.

O restabelecimento da ordem reaccionária no Império austríaco bloqueia as revoluções italiana e alemã. Na Itália, o rei do Piemonte, isolado, como referi, era vencido em Julho de 1848, em Custoza, pelo marechal Radetzky, e assina um armistício com a Áustria. Perante a rejeição dos soberanos italianos em liderar o movimento nacional contra a Áustria, desenvolve-se na Península Itálica uma corrente democrática e antimonárquica. Em Veneza, Manin instaura uma ditadura republicana, em Florença o grão-duque deve gerir os seus Estados, e o mesmo fará Pio IX quando a República romana é proclamada. A vaga republicana ganha força no Piemonte. Carlos Alberto lança nova ofensiva contra a Áustria, mas é derrotado em Novara em Março de 1849. É então que abdica. Victor Emmanuel II salvaguardará o futuro da dinastia. Isto levará a manter no Piemonte a Constituição outorgada por seu pai, fazendo do seu reino o único Estado liberal. Todavia, em Itália, a reacção triunfa. O rei de Nápoles, Fernando II, esmaga os revoltosos. A Áustria recupera a Itália do Norte. Em Roma, um exército enviado pelo presidente da República francesa, Louis Napoléon Bonaparte, estabelece o poder de Pio IX.



# A emergência das nacionalidades (1850-1914)

Imperador francês em 1852, Napoleão III não seria um conquistador como o seu tio Napoleão Bonaparte. Bom conhecedor da Europa, ele deixará à França um papel fundamental – o de árbitro do continente europeu, deixando aos povos o seu direito nacional. Assume-se, desta forma, como libertador dos povos, qual guia moral de uma Europa de nações libertadas.

A guerra da Crimeia (1854-1855) permite a Napoleão III convocar em Paris um Congresso de Paz. A França lidera. Napoleão III deixará o Piemonte e, no Congresso, lança a questão da nacionalidade italiana oprimida pela Áustria. Mas é em Itália que se desenrola o segundo acto da realização, sob inspiração francesa, da Europa das nacionalidades. Após o desaire do movimento revolucionário de 1848, o Piemonte, dirigido pelo Primeiro Ministro de Victor-Emmanuel II, o Conde de Cavour, será então a principal esperança de uma Itália unificada e liberal. Mas Cavour sabe bem que o Piemonte só por si não poderia afrontar a poderosa Áustria e vai sensibilizar Napoleão III em prol da causa italiana. Assim acontece em 1859. As provocações lançadas à Áustria levam esta a intervir no Piemonte, de modo a bloquear a intervenção francesa. Porém, registam-se duas vitórias franco-piemontesas: a de Magenta e a de Solferino em Junho de 1859. Napoleão III assina um armistício com a Áustria, provocando uma forte indignação dos italianos. Seriam agora os delegados piemonteses que organizariam plebiscitos, decidindo a ligação ao reino de Victor Emmanuel II dos ducados da Itália Central: Parma, Módena e Toscana. Mas a unificação italiana não se realizaria deste modo pois faltava-lhe o reino das duas Sicílias, a Venécia, que permanece austríaca, e o resto dos Estados pontifícios. Foi Caribaldi que conseguiu a libertação de Nápoles dos Bourbons. Quanto ao território papal, Napoleão III antecipa-se a Caribaldi e impõe-lhe a condição de respeitar Roma. Em Setembro de 1860, os exércitos piemonteses, comandados pelo general francês Lamoricière, apoderam-se de Marche e da Úmbria antes de ganhar o Estado napolitano. Quanto à Venécia, Napoleão III conseguirá da Prússia a sua ligação ao Piemonte a troco da neutralidade

na guerra que Bismarck declarara à Áustria, o que se tornará efectivo depois da vitória prussiana de 1867. Poder-se-á dizer que Napoleão III foi, assim, o padrinho da unidade italiana e, como tal, recusa obstinadamente deixar os italianos ocupar Roma. De facto, as tropas francesas goraram as tentativas de Caribaldi se apoderar da capital pontifícia. Apenas em 1870, os exércitos italianos entram em Roma, que passará a ser capital da Itália.

O estudo do movimento unitário italiano permite mostrar que o *Risorgimento* encetado por Cavour, que se inspira no modelo francês, é também, uma “réalpolitik”. Nele manifestam-se vias de unificação bastante pragmáticas. Cavour utilizou, quando foi possível, e com o apoio francês, o método do plebiscito (nomeadamente na Itália Central). O Piemonte – Sardenha optou por outros meios para impor a unificação nos Estados do Sul e mesmo no território pontifício. Assim, de 1858 a 1871, a unidade italiana opera-se por etapas, mas as diversas resistências deixaram traços na memória dos italianos do *Mezzogiorno*. Hostil ao “centralismo” piemontês, Carlo Cattaneo (1801-1869), célebre federalista italiano, afirmava “A Sicília e Nápoles não são regiões... mas Estados” (Romano, 1977, 26-27; Caracciolo, 1989, 257-262).

Compreende-se, pois, que Cattaneo advogasse a formação dos Estados Unidos da Itália.

Na verdade, a criação da Alemanha unificada e a da Itália modificaram a relação de forças da Europa.

Factor de dissociação do equilíbrio europeu instituído em 1815, o princípio das nacionalidades conduziu, entre 1830 e 1871, à desagregação do Império Otomano, às ameaças de desintegração do Império dos Habsbourg, e à reunião num Estado unitário da Itália e da Alemanha. No último quartel do século XIX cresce o nacionalismo, afirmação chauvinista da identidade nacional. Nos Estados constituídos no século XIX: Bélgica, Grécia, Sérvia, Roménia, Bulgária, Alemanha e Itália, é agora a vontade de afirmação pela expansão ou domínio sobre territórios vizinhos. Daí resultam tensões, conflitos, que decorrem de múltiplas reivindicações territoriais. O fruto desta cisão da Europa em dois blocos hostis é a multiplicação, entre 1905-1914, de crises europeias. E de crise em crise os nacionalismos exacerbam-se. Um dos teatros de operação são os Balcãs, onde se acentua a rivalidade austro-russa, e Marrocos, onde se confrontam a França e a Alemanha. Assim se vai agudizando a situação no continente europeu, que acaba por escapar aos homens de Estado europeus.

As últimas décadas do século XIX e o alvorecer do século XX coincidem com os efeitos da segunda revolução industrial e o crescente poder das grandes nações europeias.

Os nacionalismos na Europa desenvolvem-se dos anos

1880 à I Guerra Mundial em duas direcções: as nacionalidades que se sentem oprimidas encetam lutas pela sua emancipação, os grandes Estados consolidam a afirmação de uma vontade de poder que conhece várias modalidades no seio da Europa (pangermanismo, paneslavismo) a que subjaz uma preocupação estratégica.

Assim, os confrontos e conflitos, que se manterão periféricos até 1914, denunciam já uma “lógica de guerra”. E bastará o assassinato em Sarajevo do arquiduque herdeiro da Áustria – Hungria, Francisco Fernando, em Junho de 1914, por um nacionalista sérvio, para acelerar o mecanismo de um conflito europeu. Em Agosto de 1914, os Estados europeus envolvem-se numa guerra que durará mais de quatro anos e que viria a trucidar a Europa. Guerra esta que ganha uma dimensão mundial. Coravam-se, então, as esperanças internacionalistas.

Entre os vencedores, a Itália, que agregou importantes ganhos territoriais com Trento, Venécia Juliana e o Alto Adige, estava insatisfeita. Não tendo podido obter Fiume e a Costa Dálmatia, a Itália considera essa vitória uma “vitória mutilada”.

---

## E Génova? A terra natal de Paula Frassinetti?

O reino da Sardenha incluía, desde 1815, os territórios da antiga república de Génova. Recorde-se que as relações de Génova com o império português e cuja presença na cidade de Lisboa remontam ao século XIV. As relações comerciais são especialmente lucrativas a partir de 1815, entre Lisboa e Génova. Portugal permanece durante toda a primeira metade do século XIX, o segundo principal destino, depois da Espanha, das exportações comerciais marítimas genovesas, em particular, a importação de massas (Cassino, 2015, 164-176; Gentile, 2015, 313-329; Montale, 1999; Tonizzi, 2013).

Sublinhe-se a importância da cidade genovesa como porto de exportação rumo a Portugal, a partir da análise feita por Adriano Balbi no seu célebre *Essay statistique sur le Royaume de Portugal et Algarves* (1822). É de referir a notória capacidade financeira, por exemplo, na cidade de Lisboa da família genovesa dos Oneto, ao longo do século XIX. O papel comercial é de tal monta que está na base da anexação da antiga República genovesa pelo Piemonte

em 1815, passando a integrar o novo Reino de Sardenha. O espírito republicano da cidade manteve sempre profundas raízes, manifestando-se nos surtos políticos e ideológicos da contemporaneidade (a revolta anti-piemontesa de 1849, a resistência anti-fascista em 1943-45, a revolta popular contra o apoio da extrema direita ao governo Tambroni, em 1960).

A sua forte vocação marítima e comercial fizeram de Génova ponto de referência para o desenvolvimento económico antes da parte norte-ocidental da península, no âmbito do Reino de Sardenha, e depois do recém-formado reino de Itália. Constituíam a saída marítima do chamado “triângulo industrial” (Génova-Turim-Milão). Aqui, em 1852, foi fundada a célebre empresa Ansaldo, empresa de construções mecânicas (navios, aviões, trens), que ainda hoje opera em todo o mundo como líder no sector dos caminhos de ferro (incluindo transporte metropolitano).

Não se pode esquecer que Génova foi também cidade natal do pai do pensamento republicano italiano, Giuseppe Mazzini. Lá está sepultado e foi na sua cidade que moveu os primeiros passos na forte carbonária local.

A propaganda mazziniana teve sempre em Génova condições favoráveis. O próprio Mazzini dizia: “bisogna che Genova, la mia Genova, se mai non riesce ad éssere la prima città, sia almeno la seconda che dia il segnale all’Italia della vera libertà”.

Muitos genoveses íntima ou quase inconscientemente eram mazzinianos, isto é, aspiravam, como Giuseppe Mazzini, à independência de Itália. Lembre-se o vastíssimo epistolário de Mazzini e a copiosa correspondência que mantém com genoveses.

Fundada a Giovine Italia, ela consolida-se em Génova.

Em 1872 constituiu-se em Génova o círculo *Pensiero e Azione*, como se formou a *Confederazione Operaria*, divulgadora do pensamento mazziniano (Montale, 2012, 498).

Génova, mazziniana e garibaldina, revolucionária e moderada, foi protagonista de momentos importantes da vida italiana oitocentista: “Le due anime quella mazziniana e della sinistra rivoluzionaria in genere, e quella moderata, che avrà dopo l’Unità un ruolo importante – sono entrambe protagonista nel quadro delle vicende risorgimentali”.

De tal modo era forte o culto dos genoveses a Mazzini que alguns militantes correligionários de Garibaldi não hesitaram em apoiar a acção mazziniana. Giuseppe Mazzini foi um dos homens que fez a Itália. Ele tem o valor de um símbolo – símbolo de uma grande ideia – a ideia da fraternidade universal, da solidariedade humana “Nel risorgimento italiano, Cavour fu il cervello, i documenti, la diplomazia. Garibaldi la spada, le canzoni



di guerra, la camissia rossa. Mazzini fu la fronte alta, gli occhi fiammeggianti, l’idea. Egli fu il filosofo del Risorgimento italiano, colui che transformò la libertà in religione. Religioni di tutti i popoli” (Lakatos, 1998, 243; Frétigné, 2006). Como escreveu Max Nordau, “Le Peuple italien ayant produit un type comme Mazzini, était digne d’être libre et grand” (Nordau, 1990, 247).

Mazzini e a sua contemporânea Paula Frassinetti abraçaram, com Fé, a solidariedade humana. Apóstolos, que foram, de uma Religião de Liberdade, de Fraternidade. Uma das fórmulas célebres de Mazzini, *Deus e o Povo*, traduz a sua profunda crença religiosa. E Mazzini será sempre um homem profundamente crente. Para Mazzini a humanidade tem necessidade de uma lei moral eterna que só a religião lhe pode dar. À questão política da unidade italiana, Mazzini responde com uma solução religiosa. A seu ver, a unidade italiana não se concretizaria se não com a Fé. Há, portanto, um laço indissolúvel entre a dimensão religiosa e a dimensão política no pensamento mazziniano (Frétigné, 2006, 121; Ribeiro, 2003, 229-255). A religião, como expõe Mazzini, “é o princípio educador supremo” (Mazzini, s.d., 192; Frétigné, 2006, 453).

A Mazzini e à Fundadora das Irmãs Doroteias, Paula Frassinetti, era caro o papel primacial da Educação. Lembremos as palavras lapidárias de Paula Frassinetti: *Educar bem é transformar o mundo*.

---

## Referências

- Berstein, S. & Milza, P. (2002). *Histoire de l’Europe Contemporaine*. Paris: Hatier.
- Caracciolo, A. (1989). *Alle origini della storia contemporânea*. Bologna: Il Mulino.
- Cassino, C. (2015). *Portugal e a Itália: Emigração, Nação e Memória (1800-1832)*. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Frétigné, J.-Y. (2006). *Giuseppe Mazzini. Père de l’unité européenne*. Paris: Fayard.
- Genova nel Risorgimento. (2012). In *Rassegna storica del Risorgimento* (pp. 483-498), anno XCIX (fasc. IV, ottobre-dicembre).
- Gentile, P. (2015). 1814. Genova e i giochi della diplomazia: della Repubblica restaurata all’annessione al Piemonte. In *Genova e Torino. Quattro secoli di incontri e scontri. Nel bicentenario di Sardegna* (pp. 313-329), a cura di Giovanni Assereto, Carlo Bitossi, Pierpaolo. Genova: Merlin.
- Lakatos, L. (1998). *Giuseppe Mazzini. L’uomo e le idee*. Roma: Ed. ELETTRONICA EUROPEA.
- Magnino, L. (1962). *O Ressurgimento (No Centenário da Unidade da Itália)*. Braga: Livraria Cruz.
- Benichi, R. & Nouchi, M. (1990) Le Programme de la Jeune. In *Le Livre de l’Europe, Atlas géopolitique*. Paris: Stock.
- Mazzini, G. (s.d.) Dal concilio a Dio. SEN, vol. XXXIX.
- Mioche, P. (2007). *Comprendre la construction européenne*. s.l.: REF 2 C.
- Montale, B. (1999). *Mito e realtà di Genova nel Risorgimento*. Milano: Franco Angeli.
- Montale, B. (2012). Genova nel Risorgimento: rivoluzionaria e moderata. In *Rassegna storica del Risorgimento*, XCIX.
- Nordau, M. (1998). Carlsbad, le 15 mai 1905. In *Giuseppe Mazzini. L’uomo e le idee*. Roma: Ed. ELETTRONICA EUROPEA.
- Réau, E. (1996). *L’idée d’Europe au XXe siècle*. Paris: Ed. Complexe.
- Ribeiro, M. M. T. (1990). *Portugal e a Revolução de 1848*. Coimbra: Livraria Minerva.
- Ribeiro, M. M. T. (2003). Mazzini e il mazzinianesimo in Portogallo. *Nuova Antologia*, 2227 (Julho-Setembro), pp. 229-255. Firenze: Fondazione Spadolini Nuova Antologia.
- Ribeiro, M. M. T. (2004). Victor Hugo – Profeta dos Estados Unidos da Europa. In *Portugal e o Outro: Imagens e Viagens*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

---

---

Romano, S. (1977). *Histoire de l'Italie, du Risorgimento à nos jours*. Paris: Seuil.

Tonizzi, M. E. (2013). *Genova nell'Ottocento. Da Napoleone all'Unità, 1805-1861*. Soveria Mannelli: Rubbettino.





APOIO

 **Santander Totta**

**PAULA FRASSINETTI**  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO  
RUA GIL VICENTE 138 - 142  
4000-255 PORTO  
**T** 225 573 420 / **F** 225 508 485  
[WWW.ESEPF.PT](http://WWW.ESEPF.PT)